

## COMPANHIA DE GÁS DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL - MSGÁS

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro 2022  
(Valores expressos em milhares de Reais)

 CNPJ 02.741.678/0001-03 COMPANHIA DE GÁS DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL - MSGÁS DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EM 2023 E 2022 (Em reais - R\$)		
	31/12/23	31/12/22
Lucro líquido do exercício	53.630	63.730
Outros resultados abrangentes		
<b>Total do resultado abrangente do período</b>	<u>53.630</u>	<u>63.730</u>
<b>Total do resultado abrangente atribuível aos acionistas</b>	<u>53.630</u>	<u>63.730</u>

(As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis)

**Campo Grande/MS, 31 de dezembro de 2023**

RUI PIRES DOS SANTOS:04109469821	Assinado de forma digital por RUI PIRES DOS SANTOS:04109469821	VALIDERCIO FERREIRA LEONEL:20421524120	Assinado de forma digital por VALIDERCIO FERREIRA LEONEL:20421524120
Diretor Presidente MSGÁS		Contador CRCMS 3.294/O-4 MSGÁS	

### COMPANHIA DE GÁS DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL - MSGÁS

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro 2022  
(Valores expressos em milhares de Reais)

#### 1. Contexto operacional

A Companhia de Gás do Estado de Mato Grosso do Sul – MSGÁS (“Companhia”) foi constituída com base na Lei Estadual nº 1.854 de 21 de maio de 1998, alterada pela Lei Estadual nº 2.865 de 07 de julho de 2004, sob a forma de sociedade por ações. A Companhia é uma Sociedade de economia mista, e seus objetivos são: executar serviços relativos à pesquisa tecnológica, exploração, produção, aquisição, armazenamento, produção e comercialização independente de energia elétrica, transporte, transmissão, importação, exportação, fabricação e montagem de componentes necessários ao suprimento do mercado de gás; distribuição, comercialização e transporte de gás natural e/ou subprodutos e derivados, bem como atuação na área de serviços de transmissão de dados, imagens e informações, por meio da implantação de rede de telecomunicações juntamente com a rede de distribuição de gás natural. A Companhia deu início à fase pré-operacional em julho de 1998 e foi até maio de 2001, iniciando suas atividades operacionais em 01 de junho de 2001.

A Companhia tem a concessão exclusiva para distribuição de gás natural em todo o Estado de Mato Grosso do Sul, pelo prazo de 30 anos a partir de 29 de agosto de 1998, podendo ser prorrogado por até igual período.

Ao final da concessão, por decurso de prazo, todos os bens da concessionária serão revertidos ao Estado de Mato Grosso do Sul (concedente) e a concessionária será indenizada pelo valor dos investimentos realizados nos 10 anos anteriores ao término da concessão, atualizados monetariamente com base na variação do Índice Geral de Preços/Disponibilidade Interna (IGP-DI), divulgado pela Fundação Getúlio Vargas.

Em caso de extinção da concessão, por expiração do prazo, encampação, caducidade, rescisão, anulação ou extinção da Companhia, a concessionária será indenizada à vista e em dinheiro, pelos serviços, obras, imóveis, benfeitorias, equipamentos, redes de canalização, medidores, e todos os demais bens de seu ativo, atualizados monetariamente, capitalizados até o dia do efetivo pagamento pela variação do Índice Geral de Preços (IGP).

Na hipótese em que a extinção não decorra de fatos imputáveis à concessionária, será esta, ainda, indenizada por perdas e danos e todos os prejuízos sofridos com a extinção, notadamente pelos lucros cessantes e danos emergentes, tudo atualizado monetariamente pela variação do Índice Geral de Preços/Disponibilidade Interna (IGP-DI).

As tarifas são propostas pela concessionária e aprovadas pela concedente, que também é responsável por homologar reajustes e proceder à revisão das tarifas.

A Companhia está ampliando a rede de distribuição de gás natural em Campo Grande e Três Lagoas para abastecer os segmentos: residencial, comercial, industrial e automotivo.

#### 2. Apresentação das demonstrações contábeis

##### 2.1. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A emissão das demonstrações financeiras da Companhia foi autorizada pela administração em 27 de fevereiro de 2024.

##### 2.2. Base de preparação

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos adiantamentos de clientes e adiantamentos a fornecedores, que são mensuradas pelo valor justo através do resultado.

##### 2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações contábeis apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

##### 2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo período financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota 5** - Contas a receber;
- **Nota 8b** - Impostos diferidos;
- **Nota 9** - Vida útil do ativo intangível;
- **Nota 13** – Adiantamento de clientes.

Sendo ainda utilizado estimativa na mensuração do Ativo Financeiro, decorrente da parcela não recuperável dos investimentos realizados pela Companhia e não recuperados no período de concessão.

#### 3. Principais práticas contábeis

As políticas contábeis descritas a seguir, têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis.

##### 3.1. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, sendo utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

##### 3.2. Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando, e somente quando, a Companhia é parte das disposições contratuais do instrumento.

Instrumentos financeiros são classificados e mensurados de acordo com CPC 48 – Instrumentos financeiros, sendo: pelo método de custo amortizado, ou a valor justo por meio do resultado ou ainda a valor justo por meio de resultados abrangentes.

##### Custo amortizado

Os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado são ativos financeiros mantidos com o objetivo de receber fluxos de caixa pelo recebimento de principal e juros sobre o valor do principal em aberto e que não são destinados a comercialização.

##### Valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros que não podem ser classificados por nenhuma das categorias citadas acima.

##### Valor justo por meio de outros resultados abrangentes

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes são

ativos financeiros mantidos ao objetivo de receber fluxos de caixa pelo recebimento de principal e juros sobre o valor do principal em aberto assim como pela sua comercialização.

##### i. Ativos financeiros

A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento, com base no modelo de negócios no qual o ativo é gerenciado e em suas características de fluxo de caixa contratuais.

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição de ativo financeiro. Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, crédito nas operações de compra de gás.

##### Reversão do reconhecimento do Ativo Financeiro

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- A Companhia transferir os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumir uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de acordo de “repasse”; e (a) a Companhia transferir substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia não transferir tampouco reter substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferir o controle sobre o ativo.

Quando a Companhia tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou tiver executado um acordo de repasse, e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo da Companhia com o ativo. Nesse caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados com base nos direitos e obrigações que a Companhia manteve.

O envolvimento contínuo na forma de uma garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo valor contábil original do ativo ou pela máxima contraprestação que puder ser exigida da Companhia, dos dois o menor.

##### ii. Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados no reconhecimento inicial ao custo amortizado ou mensurado ao valor justo por meio do resultado. Os passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado.

##### Empréstimos e financiamentos

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

##### Reversão do reconhecimento do Passivo Financeiro

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar.

Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecido na demonstração do resultado.

#### 3.3. Concessões – Ativo financeiro

A Companhia possui contrato de concessão por 30 anos, vigente no período de 29 de julho de 1998 a 28 de julho de 2028, para exploração da atividade de distribuição de gás natural por meio de gasodutos em todo o Estado de Mato Grosso do Sul. Para os investimentos realizados nos últimos dez anos da concessão, iniciado em 29 de julho de 2018, a Companhia reconhece como “Ativo financeiro”, o crédito a receber previsto no contrato firmado com o poder concedente, visto que possui o direito incondicional de receber indenização ao fim do contrato, referente aos bens edificados e não recuperados por meio da utilização operacional dos bens. Esses Ativos financeiros estão registrados pelo valor do direito R\$ 32.419 (R\$ 23.327 em 2022) os quais são atualizados com base na taxa contratual do IGP-DI, e irão compor a base de indenização. Tais ativos financeiros são mensurados pelo valor justo mediante o reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos financeiros são mensurados pelo custo amortizado.

#### 3.4. Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece seus passivos financeiros não derivativos inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, fornecedores, débito nas operações de venda de gás e distribuição, dividendos a pagar e outras contas a pagar.

#### 3.5. Estoques

Está avaliado pelo custo médio ponderado relativo ao valor nominal de aquisição, incluindo o valor dos impostos não recuperáveis e os fretes, deduzidos da provisão para atender a perdas prováveis por obsolescência, desuso ou para ajuste a valor de mercado quando este for inferior.

#### 3.6. Direito de Uso/Arrendamento CPC 06(R2)

A Companhia segue a norma do CPC 06 (R2) e foi aplicada a partir de 1º de janeiro de 2019, com o objetivo unificar o tratamento contábil das operações de arrendamento, não mais fazendo a distinção entre arrendamento operacional e financeiro, especialmente quanto ao aluguel da sede.

#### 3.7. Intangível

##### Contratos de concessão de serviços

A Companhia reconhece como um ativo intangível o direito de cobrar dos usuários pelo sistema de distribuição de gás natural em linha com a interpretação ICPC 01 Contratos de Concessão (Nota Explicativa nº 9).

O ativo intangível tem sua amortização iniciada quando este está disponível para uso, em seu local e na condição necessária para que seja capaz de operar da forma pretendida pela Companhia.

A amortização do ativo intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros dos ativos, os quais são remunerados via tarifa definido no contrato de concessão. O método de amortização utilizado pela Companhia, reflete o padrão de consumo descrito no contrato de concessão, para a formação de tarifa, sendo 10 anos.

A amortização do ativo intangível é cessada quando o ativo tiver sido totalmente consumido ou baixado, deixando de integrar a base de cálculo da tarifa de prestação de serviços de concessão, o que ocorrer primeiro.

As obras em andamento são classificadas no ativo intangível. Os juros incorridos sobre empréstimos bancários utilizados para custear a construção de novas redes de distribuição foram capitalizados como parte de seus custos.

#### 3.8. Redução ao valor recuperável (impairment)

##### a) Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

##### b) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não o Imposto de Renda e Contribuição Social diferido, são revisados a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

O valor recuperável de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa é o menor valor entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa

futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo.

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. As perdas de valor recuperável são revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

Conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 9, a Companhia possui provisão de redução para perda do valor recuperável constituído sobre seus ativos intangíveis.

#### 3.9. Reconhecimento de receitas, custos e despesas

Os resultados das operações compreendem as receitas, custos e despesas sendo apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

##### Receita de serviços

As receitas de vendas decorrem da comercialização e distribuição de gás natural canalizado, correspondentes a última leitura até a data de encerramento do balanço.

A receita é reconhecida no resultado em função de sua realização.

A Companhia avaliou o conteúdo do pronunciamento do CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente, e não identificou impactos em relação às práticas atualmente utilizadas em suas demonstrações contábeis.

#### 3.10. Benefícios a empregados

A Companhia não dispõe de plano de benefício pós-emprego.

#### 3.11. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos e variações no valor presente de ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem, basicamente, as tarifas bancárias e as despesas com juros sobre empréstimos. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, à construção ou a produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

#### 3.12. Provisões

Uma provisão é reconhecida em função de um evento passado se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

#### 3.13. Imposto de Renda e Contribuição Social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15 %, acrescidas do adicional de 10 % sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para Imposto de Renda e 9 % sobre o lucro tributável para Contribuição Social sobre o lucro líquido, considerando a compensação de prejuízos fiscais e a base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributário anual.

A despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social compreende as parcelas correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar, sobre o lucro tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações contábeis e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e sejam referentes a impostos cobrados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação, ou sobre entidades tributáveis distintas, mas que exista a intenção de liquidar os impostos correntes passivos e ativos em uma base líquida ou os ativos e passivos fiscais serão realizados simultaneamente.

Um ativo de Imposto de Renda e Contribuição Social diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas na extensão em que seja provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos são revisados a cada data de elaboração das demonstrações contábeis e serão reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

#### 3.14. Demonstração de valor adicionado

A Companhia elaborou Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações contábeis, conforme BRGAAP, aplicável somente às Companhias abertas.

#### 4. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2023	31/12/2022
Bancos	96	141
Aplicações financeiras	94.205	67.376
<b>Total</b>	<u>94.301</u>	<u>67.517</u>

A exposição da Companhia a riscos de taxa de juros e a uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgados na Nota Explicativa nº 22.

As aplicações financeiras de curto prazo, de liquidez diária, são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um baixo risco. As aplicações possuem opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade e, em 31 de dezembro de 2023 e em 2022, e não possui nenhuma operação objeto de swap em sua carteira.

As aplicações financeiras em CDB e Fundo DI são remuneradas por taxas variáveis, referenciadas ao CDI em média 95% (101% do CDI em 2021) tendo como emissores bancos oficiais.

Os saldos dos instrumentos financeiros utilizados pela Companhia em 31 de dezembro de 2023 estão registrados pelo custo contábil, os quais não diferem significativamente dos correspondentes valores de mercado estimados.

#### 5. Contas a receber

	31/12/2023	31/12/2022
Clientes	58.501	84.341
Vendas incorridas e não faturadas	16.893	22.547
	<u>75.394</u>	<u>106.888</u>
(-) Provisão para perdas esperadas	(23)	(24)
	<u>75.371</u>	<u>106.864</u>

A conta de Constas a Receber teve uma variação relevante devido a diminuição do valor/preço da molécula, ocasionada pela desvalorização do Brent e do dólar no comparativo de 2022, além da redução do volume de vendas no mercado cativo (-12%), principalmente pelo segmento industrial, no qual está concentrado o maior volume da Companhia, e na redução do despacho térmico (-29%), devido ao maior nível dos reservatórios de água em 2023.

##### Provisão para perdas esperadas

A Companhia desenvolveu um índice de perdas/histórico para aplicar sobre o contas a receber, o estudo realizado pela Companhia engloba o valor das perdas efetivas nos últimos três exercícios (2020, 2021 e 2022) somados a inadimplência dos títulos em aberto a mais de 180 dias até 31 de dezembro de 2022, comparados com o faturamento total no mesmo período, o índice obtido foi aplicado sobre o faturamento de dezembro de 2023, para constituir a provisão para perdas esperadas no recebimento de créditos.

#### 6. Adiantamento a Fornecedores

A Companhia mantém contrato com o supridor no qual há previsão de adiantamento de gás natural pago e não retirado quando a QDC mínima não é atingida, com controle de volume em m3 x tarifa aplicável no mês correspondente, com regra de compensação pelo período de 120 dias após o encerramento do contrato.

	31/12/2023	31/12/2022
Petróleo Brasileiro S/A	30.846	-
	<u>30.846</u>	-

#### 7. Impostos a recuperar

	31/12/2023	31/12/2022
Outros impostos a recuperar	2.366	3.333
	<u>2.366</u>	<u>3.333</u>
Circulante	2.147	3.177
Não Circulante	219	156
	<u>2.366</u>	<u>3.333</u>

A Companhia, possui impostos a recuperar com saldo de 2.366 sendo R\$ 2.147 no ativo circulante e R\$ 219 no ativo não circulante.